

O DESAFIO DE ACESSAR POR PRIMEIRA VEZ AO ENSINO SUPERIOR

O ensino superior tem experimentado mudanças notórias nas últimas décadas. A massificação e universalização do acesso são parte de um fenômeno que afeta países desenvolvidos e emergentes, onde o acesso à educação superior se configura como um componente substancial de suas sociedades. Segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos (OCDE), se estima que ~66% da população de adultos jovens ingressarão por primeira vez na vida ao ensino superior, porcentagem que chama ainda mais a atenção se consideramos as altas tendências atuais de ingresso por primeira vez ao ensino superior em Nova Zelândia, com a taxa mais alta (91%) seguida de Chile (89%) e Dinamarca (86%).

O incremento do índice de ingresso ao educação superior não é novidade para os contextos nacionais de América Latina e resto do mundo, mas obedece a uma tendência que em grandes números pode ser valorada como fato positivo para o desenvolvimento dos países. No entanto, este ingresso massivo ao ensino superior tende a tornar invisível situações de desvantagem que experimentam muitos jovens produto de seus antecedentes sociodemográficos e económicos de origem entre aqueles que acessam a esse nível educativo, situação que é ainda mais acentuada quando se trata de pessoas que formam parte da primeira geração de suas famílias que têm acesso à universidade.

É indiscutível a desvantagem que experimentam os jovens provenientes dos setores mais desfavorecidos da sociedade e que são além disso os primeiros de suas famílias em ter acesso à educação superior, devido a que desde o momento em que decidem iniciar esta etapa formativa, trazem consigo não somente as deficiências académicas com sua bagagem de ingresso, mas também a falta de conhecimento necessário das práticas e as implicâncias do que significa ser universitário. As brechas no acesso a este tipo de conhecimento estão por sua vez afetadas pelas redes em que interatuam estes jovens, as quais vão além das redes familiares e incluem as redes dos estabelecimentos de ensino médio de onde provém, ambas limitadas no âmbito do ensino superior.

Por conseguinte, torna-se necessário que as universidades, a través de seu papel como formadoras de capital humano,

se articulem com o sistema de ensino médio com o fim de fornecer cedo os vínculos para transferir o conhecimento do que significa ser universitário, e as habilidades requeridas, aos futuros estudantes.

Conhecer oportunamente o habitus institucional das universidades facilita a inserção dos estudantes na vida universitária e permite-lhes superar os desafios próprios das exigências académicas com maior confiança ao poder desenvolver-se como “peixe na água” na universidade.

O acesso ao ensino superior traz consigo numerosos desafios para os estudantes, que vão além das exigências académicas e do trabalho requerido para concluir o processo formativo, em alguns casos, existe o impacto provocado pela necessidade de distanciamento com sua cultura e identidade passada para adaptar-se às exigências da vida universitária. Esta situação de ambivalência que experimenta o estudante requer que as instituições de ensino superior reconheçam estas características de origem dos estudantes e as incorporem às experiências de aprendizagem. Resulta importante também, transmitir o conhecimento institucional do que é ser universitário junto com as implicações e exigências da formação académica, de maneira antecipada, em uma articulação bidirecional entre as universidades e os estabelecimentos de ensino médio do entorno. Por conseguinte, as instituições de ensino superior devem envolver em sua comunidade académica aos estabelecimentos de ensino médio, com o propósito de gerar sinergias e colaboração em pró de uma exitosa inserção na universidade e a posterior conquista académica dos estudantes.

Conhecer como funciona a universidade é fundamental para o sucesso académico, o qual não é trivial, devido que se o acesso ao ensino superior não vai acompanhado do êxito académico dos estudantes, particularmente aqueles provenientes dos sectores socioeconómicos menos favorecidos da sociedade e que formam parte da primeira geração com acesso ao ensino superior, perde-se o sentido de justiça social vinculado a esta participação ampliada.

CARMEN ARANEDA GUIRRIMAN,
Universidade de Tarapacá, Chile